

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2018

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA
DE CANELAS

MORADA Rua Delfim de Lima

N. 1875 ANDAR LOCALIDADE Canelas

FREGUESIA Canelas

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4410-227

EM 1 / 1

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Canelas

Canelas

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Carla Ipiri Dias
Miguel Manuel de Almeida Barbosa
Manuel de Oliveira Dias

Benjamin Augusto Almeida de Sousa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	349 368,10	375 895,39
Ativos intangíveis	5	562,70	370,56
Investimentos financeiros	12.1	210,55	66,21
		350 141,35	376 332,16
Activo corrente			
Inventários	7	284,91	167,98
Créditos a receber	12.3	70 253,87	61 600,34
Estado e outros entes públicos	12.9	1 850,82	1 179,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	25 176,45	24 236,45
Diferimentos	12.5	1 784,06	1 434,55
Outros ativos correntes	12.4	132,80	20 344,89
Caixa e depósitos bancários	12.6	55 608,23	21 583,34
		155 091,14	130 547,54
		505 232,49	506 879,70
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.7	39 732,11	39 732,11
Resultados transitados	12.7	25 311,22	7 221,61
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9/12.7	303 968,42	318 908,57
		369 011,75	365 862,29
Resultado líquido do período		-12 321,58	18 089,61
Total dos fundos patrimoniais		356 690,17	383 951,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	11 695,71	31 609,57
		11 695,71	31 609,57
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	110 032,75	60 398,10
Estado e outros entes públicos	12.9	2 416,29	2 555,38
Diferimentos	12.5	0,00	8 888,25
Outros passivos correntes	12.10	24 397,57	19 476,50
		136 846,61	91 318,23
Total do passivo		148 542,32	122 927,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		505 232,49	506 879,70

A Direção

Contabilista Certificado

Benjamin Augusto Alves de Sousa
Sebastião Augusto Costa
Carla Leite Dias
Miguel Manoel da Silva Barbosa
Samuel Oliveira Dias

[Signature]

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	388 371,79	343 323,91
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	73 890,16	86 676,06
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-5 725,10	-5 430,67
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-309 049,13	-270 778,27
Gastos com o pessoal	10	-149 840,51	-127 491,97
Outros rendimentos	12.13/12.15	19 812,49	14 915,01
Outros gastos	12.14	-1 243,59	-1 367,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16 216,11	39 846,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-28 080,03	-21 756,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11 863,92	18 089,61
Juros e gastos similares suportados	12.15	-457,66	0,00
Resultados antes de impostos		-12 321,58	18 089,61
Resultado líquido do período		-12 321,58	18 089,61

A Direção

Contabilista Certificado

Benjamin Augusto Almeida Sousa
Severino Aguiar do Carmo
Paula Brito da
Miguel Manuel de Sousa Gesteira
Manuel Oliveira Dias

[Signature]
22/12/2018

Entidade:ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 503006084

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	Centro Convívio	Transporte Doentes	Medicina Física e Reabilitação	PERÍODOS	
						2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	59 269,82	3 038,83	85 162,43	240 900,71	388 371,79	343 323,91
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10/12.12	-72 959,08	-20 098,41	-78 481,33	-220 089,65	-391 628,47	-337 969,87
Resultado Bruto		-13 689,26	-17 059,58	6 681,10	20 811,06	-3 256,68	5 354,04
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.15	48 334,68	6 271,22	38 555,09	541,66	93 702,65	101 591,07
Gastos administrativos	4/5/12.12	-44 884,19	-3 299,87	-52 882,24	0,00	-101 066,30	-87 487,52
Outros Gastos	12.14	-252,81	-18,05	-431,07	-541,66	-1 243,59	-1 367,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10 491,58	-14 106,28	-8 077,12	20 811,06	-11 863,92	18 089,61
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-192,21	-13,72	-251,73	0,00	-457,66	0,00
Resultado antes de impostos		-10 683,79	-14 120,00	-8 328,85	20 811,06	-12 321,58	18 089,61
Resultado líquido do período		-10 683,79	-14 120,00	-8 328,85	20 811,06	-12 321,58	18 089,61

9894/29

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		355 969,30	316 131,46
Pagamentos de apoios		-3 326,29	0,00
Pagamentos a fornecedores		-269 006,46	-272 588,73
Pagamentos ao pessoal		-102 893,78	-89 349,16
Caixa gerada pelas operações		-19 257,23	-45 806,43
Outros recebimentos/pagamentos		71 862,49	49 797,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		52 605,26	3 991,26
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 842,68	-32 410,50
Ativos intangíveis		-355,35	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	500,00
Juros e rendimentos similares		7,53	24,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 190,50	-31 886,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	31 863,50
Doações		4 481,08	9 345,57
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-19 913,86	-800,93
Juros e gastos similares		-957,09	-236,45
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-16 389,87	40 171,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		34 024,89	12 276,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		21 583,34	9 306,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		55 608,23	21 583,34

A Direção

Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS

Anexo

Demonstrações Financeiras

2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito.....	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Créditos a receber.....	16
12.4	Outros ativos correntes	16
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais.....	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outros passivos correntes.....	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos.....	18
12.14	Outros gastos	18
12.15	Resultados Financeiros	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 58, Série III de 10/03/1993, com sede em Rua Delfim Lima, 1881, Canelas – Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Promoção e proteção social e o desenvolvimento das populações procurando acorrer aos setores mais vulneráveis, crianças e jovens, deficientes e idosos;
- Prestar apoio domiciliário a doentes ou feridos incluindo o transporte a clínicas ou centros hospitalares;
- Promover a proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal. Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal. Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Edifícios	487.878,97				487.878,97
Edificações Ligeiras	24.274,94				24.274,94
Equipamento Básico	56.212,68	735,90			56.948,58
Equipamento de Transporte	216.234,98				216.234,98
Equipamento Administrativo	22.332,43				22.332,43
Equipamento Informático	2.210,72	653,63			2.864,35
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Ativo Fixo Tangível Bruto	820.735,16	1.389,53	0,00	0,00	822.124,69
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	177.338,25	9.757,58			187.095,83
Edificações Ligeiras	18.381,60	4.045,82			22.427,42
Equipamento Básico	55.579,57	570,04			56.149,61
Equipamento de Transporte	157.896,14	12.964,20			170.860,34
Equipamento Administrativo	21.843,05	489,38			22.332,43
Equipamento Informático	2.210,72	89,80			2.300,52
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Depreciações Acumuladas	444.839,77	27.916,82	0,00	0,00	472.756,59
Ativo Fixo Tangível Líquido	375.895,39	-26.527,29	0,00	0,00	349.368,10

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	1.352,02	355,35			1.707,37
Ativo Intangível Bruto	1.352,02	355,35	0,00	0,00	1.707,37
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	981,46	163,21			1.144,67
Depreciações Acumuladas	981,46	163,21	0,00	0,00	1.144,67
Ativo Intangível Líquido	370,56	192,14	0,00	0,00	562,70

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	11.695,71	11.695,71	0,00	31.609,57	31.609,57
Total	0,00	11.695,71	11.695,71	0,00	31.609,57	31.609,57

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	172,55	5.426,10	0,00	167,98	5.842,03	0,00	284,91
Total	172,55	5.426,10	0,00	167,98	5.842,03	0,00	284,91
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				5.430,67			5.725,10

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	388.371,79	343.323,91
Quotas de utilizadores	45.573,20	44.561,30
Quotas e joias	31.230,00	37.063,00
Transporte Doentes	67.985,93	53.842,27
Medicina Física e Reabilitação - Fisioterapia	240.900,71	205.381,44
Serviços Sociais – Bar	2.681,95	2.475,90
Outros Réditos	7,53	24,08
Juros e rendimentos aplicações financeiras	7,53	24,08
Total	388.379,32	343.347,99

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	38.184,57	0,00	0,00	38.066,29
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	7.039,85	0,00	0,00	3.814,02
C M Vila Nova Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	23.584,92	0,00	0,00	33.584,92
J F Canelas	Não reembolsável	0,00	0,00	599,74	0,00	0,00	1.865,26
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	46.089,00	0,00	1.396,63	47.485,63	0,00	1.396,63
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	230.444,63	0,00	6.983,17	237.427,80	0,00	6.983,17
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	21.242,32	0,00	6.372,70	27.615,02	0,00	4.248,48
Particulares (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	6.192,47	0,00	187,65	6.380,12	0,00	187,65
TOTAL		303.968,42	0,00	84.349,23	318.908,57	0,00	90.146,42

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2017 e 2018, foram de “12”. No início do período de 2018 foram eleitos novos Órgãos para o quadriénio 2018/2021, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

- Presidente – Tomás Almeida Rodrigues;
- Vice-Presidente – Carlos Alberto Frias Xavier;
- Secretário – Júlio Dinis Sousa Chamusca.

Direção

- Presidente – Benjamim Augusto Alves de Sousa;
- Vice-Presidente – Fernando António Costa Marques;
- Secretário – Manuel Couto Pinto;
- Tesoureiro – Carla Alexandra de Castro Moita Dias;
- Vogal – Manuel Oliveira Dias;
- Vogal – Misael Manuel da Silva Barbosa.

Conselho Fiscal

Presidente – César Fernando Moreira Coutinho;

Vice-Presidente – António José Peres Almada;

Relator – José da Silva Ribeiro.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2018 foram os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Apoio no Centro Dia	300

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foram de “10” e em 31/12/2018 foram de “11”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	119.262,24	100.776,82
Encargos sobre as Remunerações	24.422,02	20.765,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.691,42	1.602,59
Outros Gastos com o Pessoal	952,96	1.105,56
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	3.511,87	3.241,05
Total	149.840,51	127.491,97

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

No período de 2018 e 2017 a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	210,55	66,21
Total	210,55	66,21

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Quotas	25.176,45	24.236,45
Total	25.176,45	24.236,45

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	70.238,87	61.600,34
Utentes	15,00	0,00
Total	70.253,87	61.600,34

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Entidades do Setor Público Administrativo	0,00	20.212,09
Outros Devedores	132,80	132,80
Total	132,80	20.344,89

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.784,06	1.434,55
Total	1.784,06	1.434,55
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	8.888,25
Total	0,00	8.888,25

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	2.309,36	2.588,33
Depósitos à ordem	46.088,18	9.790,32
Depósitos a prazo	7.210,69	9.204,69
Total	55.608,23	21.583,34

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	39.732,11	0,00	0,00	39.732,11
Resultados transitados	7.221,61	18.089,61	0,00	25.311,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	318.908,57	0,00	-14.940,15	303.968,42
Total	365.862,29	18.089,61	-14.940,15	369.011,75

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	110.032,75	60.398,10
Total	110.032,75	60.398,10

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.850,82	1.179,99
Total	1.850,82	1.179,99
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	146,00	280,00
Segurança Social	2.248,69	2.269,81
Fundos de Compensação	21,60	5,57
Total	2.416,29	2.555,38

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes				
Clientes	0,00	4.776,80	0,00	2.806,80
Utentes	0,00	992,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	18.628,77	0,00	16.669,70
Total	0,00	24.397,57	0,00	19.476,50

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas	69.409,08	77.330,49
Doações e heranças – Donativos	4.481,08	9.345,57
Total	73.890,16	86.676,06

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	236.062,86	205.047,23
Serviços especializados	33.678,84	30.367,92
Materiais	1.784,10	1.436,62
Energia e fluidos	21.548,03	17.093,07
Deslocações, estadas e transportes	177,00	126,00
Serviços diversos	15.188,48	16.613,44
Encargos com utentes	609,82	93,99
Total	309.049,13	270.778,27

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos	19.804,96	14.890,93
Rendimentos suplementares	2.102,52	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,63	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	500,00
Outros	17.701,81	14.390,93
Juros e Rendimentos Similares	7,53	24,08
Juros obtidos	7,53	24,08
Total	19.812,49	14.915,01

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	985,59	714,98
Outros Gastos	258,00	653,00
Total	1.243,59	1.367,98

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	457,66	0,00
Total	457,66	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7,53	24,08
Total	7,53	24,08
Resultados Financeiros	-450,13	24,08

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2018, foi o seguinte:

Centro de Dia – 26 utentes;

Centro Convívio – 7 utentes.

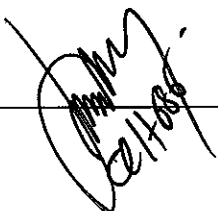
12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

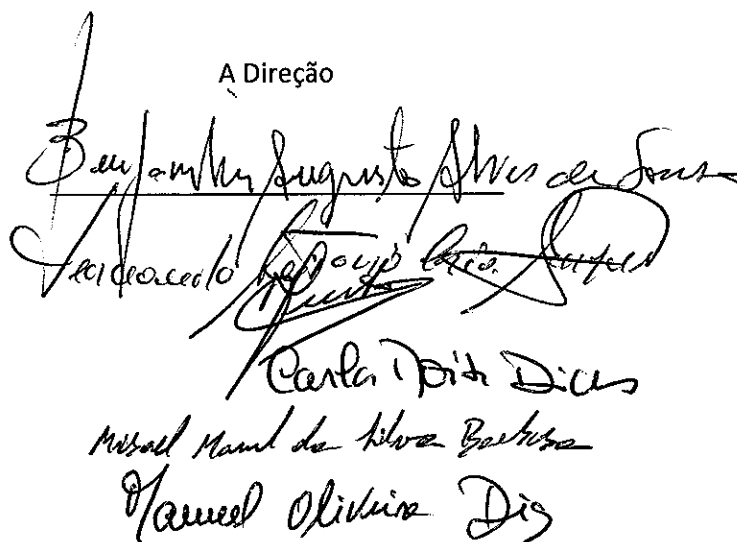
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Canelas, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção



Benjamin Augusto Alves de Sousa
 Alexandre Augusto Alves de Sousa
 Carla Rita Dias
 Manuel Manuel da Silva Bastos
 Manuel Oliveira Dias